

**CABRAL E PAES: SUA META É ME CULPAR, SEU PLANO PRIVATIZAR!**

**Rede municipal exige 21% de reajuste  
e o fim da privatização**

**Paralisação, passeata e assembléia no dia 31 de março (quinta-feira)  
em conjunto com a rede estadual**

Samuel Tosta

Na assembléia da ACM, dia 12 de fevereiro, os profissionais da rede municipal aprovaram o lançamento da campanha salarial 2011. A reivindicação é de 21% de reajuste e a mobilização começa com uma paralisação em conjunto com a rede estadual, dia 31 de março (quinta-feira), Dia Estadual de Luta em Defesa da Educação. Neste dia, a categoria vai participar de uma marcha da Candelária à Cinelândia, com concentração às 10h na Candelária. Na chegada à Cinelândia, será realizado um ato de protesto, seguido de uma assembléia conjunta com o pessoal da rede estadual no mesmo local (continua na página 3).



Ataques à Previdência municipal e arrocho salarial são marcas do governo Eduardo Paes

- ☉ **ATÉ 22 DE MARÇO** - período em que serão realizadas assembléias locais nas Regionais do Sepe;
  - ☉ **23 DE MARÇO** - Conselho Deliberativo da rede, às 18h, no Sepe Central;
  - ☉ **31 DE MARÇO** - Dia Estadual de Luta em Defesa da Educação Pública, com paralisação de 24 horas, ato e passeata da Candelária à Cinelândia (concentração na Candelária às 10h).
- APÓS A MARCHA, ASSEMBLÉIA UNIFICADA COM A REDE ESTADUAL NAS ESCADARIAS DA CÂMARA DE VEREADORES.**

## Ano começa com substituição de merendeiras por contratados

O ano letivo mais uma vez começa mal para as merendeiras das escolas municipais. Seguindo a política de extinção desta função e da ampliação da terceirização, a prefeitura ampliou o número de escolas atendidas por APAs.

Porém, é impossível mascarar o déficit e a dura realidade que nossos colegas sofrem: cozinhas sem a menor infra-estrutura, falta de materiais adequados e temperatu-

ras altíssimas. Por isso é fundamental paralisarmos no dia 31 de março e exigir do prefeito a convocação imediata das merendeiras concursadas e o fim das terceirizações.

### Enquanto isso, nas creches...

Apesar do tão anunciado concurso para professor de Ensino Infantil, a situação dos AACs continua a mesma. Em audiência com a Gerência de Recursos

Humanos da SME, fomos informados que apesar da liberação de dupla regência, não há como garantir que as turmas tenham acompanhamento integral por estes profissionais. E mais, os PEIs atuarão apenas nas turmas de M I e M II, continuando assim a dupla função.

A mudança da formação das turmas também está gerando problemas. Afinal algumas turmas estão sem a quantidade necessária de AAC, o

que precariza ainda mais o trabalho. Além disso, estamos acompanhando junto à Câmara dos Vereadores o projeto de lei para a redução da carga horária de 40 horas para 30 horas semanais. Mas só isso não garantirá a melhoria das nossas condições de trabalho. Nossa vitória depende da nossa mobilização e unidade. Por isso, todos à Candelária dia 31 de março, com assembléia conjunta no final do ato.

## Ato do Fórum em Defesa da Escola Pública na Uerj reúne centenas de pessoas



No dia 23 de fevereiro, o Fórum em Defesa da Escola Pública realizou na Uerj um ato público com a presença de centenas de pessoas.

O evento teve em sua abertura os educadores Dermeval Saviani (primeiro na foto) e Roberto Leher (centro).

# Paes e Costin: dois anos de ataques à Educação

A administração do prefeito Eduardo Paes e da secretária municipal de Educação Cláudia Costin completa dois anos sem oferecer praticamente nada para a rede municipal, a não ser as tentativas de privatização da educação pú-

blica, através da entrada nas escolas de projetos geridos por OSs e Fundações, desviando nosso dinheiro para a iniciativa privada.

No ano passado, a prefeitura do Rio foi condenada pela Justiça Federal por manter uma

política que já vinha sendo adotada pelas gestões anteriores de não aplicar os 25% da arrecadação municipal na Educação.

Em 2011, mesmo com o aumento da receita de R\$ 13 bilhões para R\$ 18 bilhões, continuaremos sem os 25% das

verbas. O prefeito não destina sequer aquilo que a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal determinam que seja aplicado para a melhoria das condições das escolas da rede municipal e para a valorização profissional.

## PAES/CABRAL; COSTIN/RISOLIA: FACES DA MESMA MOEDA

Ao invés de resolver problemas como baixos salários, turmas superlotadas, falta de tempo para planejamento, e infraestrutura precária, o governo municipal resolveu acirrar ainda mais os ataques contra os profissionais de educação, igualando as escolas a fábricas e impondo a meritocracia. As metas acabam com a autono-

mia pedagógica e não garantem a qualidade do ensino.

Tais projetos são orientações do Banco Mundial. Por isso estão sendo implementados em todo o país.

O governador Sérgio Cabral e seu secretário "economista" de Educação, Wilson Risolia, também implantaram o sistema do mérito, com avaliações

e metas. Esta é a forma criada pelos governos para mascarar os baixos salários dos profissionais de educação e o fracasso das suas políticas educacionais. O objetivo é dar dinheiro para os empresários e culpar os profissionais, transformando-os em meros aplicadores de tarefas.

O Sepe convoca os profissi-

onais da rede municipal a se integrar na luta pela defesa da educação pública. O momento exige que unifiquemos a nossa atuação para combater os ataques combinados do governo estadual e municipal contra a escola pública, com o claro objetivo de abrir as portas do setor para a privatização da educação.

## Ipea afirma: gasto na educação é o que mais eleva o PIB

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) anunciou que o gasto público na educação é o que mais eleva o PIB brasileiro. Segundo pesquisa do instituto, cada R\$ 1 investido na educação tem um retorno de R\$ 1,85 para o PIB. Para o Ipea, o gasto com educação, chamado de gasto social, não gera apenas conhecimento. Gera

economia, já que ao pagar salário a professores aumenta-se o consumo, as vendas, os valores adicionados, salários, lucros, juros. Foram pesquisados os investimentos da União, estados e municípios.

O estudo comprova como os investimentos para aumentar os salários dos profissionais de educação são fundamentais. O Rio vive há anos uma grave cri-

se no setor. Boa parte dessa crise, como o Sepe sempre denunciou, deve-se aos baixos salários. Com a pesquisa do Ipea, está provado que o pagamento de salários dignos para os servidores não é importante apenas para os próprios funcionários, mas também para toda a sociedade. A pergunta é a seguinte: quando os governantes vão aprender isso?



Boletim do Sepe - Rede Municipal/RJ é uma publicação do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro Sepe/RJ  
R. Evaristo da Veiga, 55, 7º/8º andares - Centro - Rio de Janeiro/RJ  
CEP 20031-040  
Tel.: 2195-0450  
[www.seperj.org.br](http://www.seperj.org.br) - Tiragem desta edição: 20.000

# PLC 41: o ataque será em março

Em 2010, a Prefeitura do Rio fez um empréstimo com o Banco Mundial no valor de US\$ 1 bilhão e 45 milhões. Um dos critérios para este empréstimo era que a prefeitura seguisse a recomendação do Consenso de Washington de estado mínimo e, reformasse o modelo de previdência dos ser-

vidores. Então, com a desculpa de resolver os problemas da dívida municipal, Eduardo Paes vendeu nossa aposentadoria criando o Projeto de Lei Complementar 41.

Tal projeto acaba com a isonomia e a integralidade nas aposentadorias e pensões. Ao contrário do que foi divulgado, não atingi-

rá apenas os novos funcionários e sim todos os servidores municipais do Rio de Janeiro. Em recente visita do SEPE à Câmara dos Vereadores, fomos informados que após o Carnaval, a PLC 41 será votada.

A alegação da prefeitura de que a Previrio não tem verbas não

é verdadeira. Afinal, quem dilapidou nosso dinheiro foram os sucessivos governos, através de obras faraônicas, da péssima administração e da política de terceirização.

No dia 31 de março, vamos lutar contra este, que é o maior ataque ao funcionalismo público.

## TODOS CONTRA O PLC Nº 41

**Você sabe o que é o PLC 41?** É o Projeto de Lei Complementar nº 41 enviado pelo Executivo em maio de 2010 para a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, baseado nas emendas constitucionais números 40 e 41 - a Reforma da Previdência (você já viu este filme!). O objetivo deste PLC é acabar com

os poucos direitos que diferenciam a previdência do serviço público e a do regime geral de previdência (INSS).

Com este PLC serão extintas a integralidade (direito de se aposentar com salário integral), a paridade (direito de ter reajuste igual aos servidores ativos - nem os parques 4,21% teríamos) - e

apenas 70% do salário para pensionistas (nossos filhos).

Seguindo a cartilha do Banco Mundial e antecipando-se à Reforma da Previdência que será anunciada após as eleições, Eduardo Paes deu como margem consignável nossa aposentadoria. A primeira parcela do empréstimo já foi recebida: US\$ 545 mi-

lhões. A segunda, de US\$ 500 milhões, virá no início de 2011.

Por tudo isso, nossa tarefa é mobilizar nossos colegas, alunos, pais e responsáveis. De hoje em diante vamos às ruas, a todos os lugares, conscientizar a população da destruição que o prefeito faz ao ensino público.

### Por que ser contra o PLC 41?

1) A inicial do PLC diz que seus efeitos são apenas para os próximos concursados. Ocorre que a suspensão da reforma da previdência no Rio (EC 40 e 41) ainda está sendo discutida na justiça. Se o PLC-41, for aprovado a autonomia do regime próprio será abalada trazendo prejuízos pra toda categoria. Afinal não existe legalmente o di-

reito adquirido;

2) O governo afirma que os efeitos financeiros do PLC 41 no Fundo de Previdência é pra daqui a 30 anos. O problema é que, segundo apontamentos do TCMRJ, se o Tesouro não liquidar suas dívidas de mais de R\$ 1 bilhão com o FUNPREVI e regularizar seus pagamentos mensais, o fundo se extinguirá em 2014.

### O que os servidores querem?

1) FIM DO PLC-41;

2) PAGAMENTO DA DÍVIDA COM O FUNPREVI E CUMPRIMENTO DAS RESPONSABILIDADES DO TESOUREIRO MUNICIPAL COM A PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES;

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA A PRESTAÇÃO DE CONTAS E DEBATE COM OS SERVIDORES.

**26 A 28/5: 13º CONGRESSO DO SEPE  
LEIA AS NORMAS EM WWW.SEPERJ.ORG.BR**